Ata da 16ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos dezessete dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas o Projeto de Lei do Executivo Municipal de n° 364 e 365 de 2023 e a Moção de Apelo do Legislativo de n° 51 de 2023. Encaminhou ainda para as comissões de finanças, contas e orçamento os Certificados de Regularidade de n° 086 e 087 de 2023. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO:** Em seguida a sra. presidente colocou em discussão única a Moção nº 50 de 2023 - Autores: Zuleica Voltolini, Adriano Reinhardt, Carla Odete Hofmann, Célio Kososki, Darlan André Guliani, Hélio Alves, Jairson Sabino, Karen Lili Fechner, Luiz Lindecir Pesenti e Paulo Zwiefka - Moção de Apelo ao Excelentíssimo Senhor Jorginho de Mello, Governador do Estado de Santa Catarina e ao Senhor Aurélio José Pelozato da Rosa, Comandante Geral da Polícia Militar em favor da convocação dos 71 candidatos remanescentes aprovados no Edital nº 042/CGP/2019 da Polícia Militar de Santa Catarina. Com a palavra, a vereadora Zuleica Voltolini. Explicou que esta Moção de Apelo se faz necessária, em favor da convocação dos 71 candidatos remanescentes aprovados no concurso da Polícia Militar de Santa Catarina, os quais protocolaram ação judicial, afim de conseguirem realizar as próximas fases do concurso. Destacou que os 10 vereadores estão assinando junto essa Moção, para que seja atendida essa solicitação, levando em consideração que está previsto que em torno de 600 policiais militares passem para a reserva, sendo necessária a reposição do efetivo policial, afim de se garantir a segurança pública aos cidadãos do estado, especialmente das cidades do interior, o qual já conta com o efetivo policial bem reduzido. Também desejam considerar que a convocação desses candidatos gerará economia e celeridade, pois não será necessário investimento financeiro com a realização de um novo concurso público, tendo em vista que os candidatos, mesmo estando fora das vagas, encontram-se aprovados conforme o edital, e já possuem ação judicial protocolada antes do encerramento deste certame. E ainda, considerando a notícia de que o governador do estado anunciou no dia 10 de abril, que deverá incluir policiamento em cada uma das unidades escolares estaduais. Informou que os vereadores desta Casa externam o apoio, em forma de Moção de Apelo, para que sejam convocados os 71 candidatos aprovados remanescentes deste concurso, pois tal ação irá beneficiar o nosso estado, bem como, a segurança

dos cidadãos catarinenses. Solicitou a aprovação dos demais vereadores. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Mencionou que a previsão relacionada a segurança pública é uma competência exclusiva do governo do Estado de Santa Catarina. Falou que o município de São Bento do Sul não pode legislar e nem criar cargos e salários em relação a segurança pública, e a Polícia Militar, é a melhor instituição que nós temos, para justamente garantir a proteção das escolas, das ruas e do patrimônio público comum, assim como, proteção a vida, através do policiamento ostensivo, pois isso é uma atribuição da Polícia Militar. Explicou que infelizmente, no decorrer dos anos, os gestores não tiveram a preocupação de manter os concursos públicos em andamento, pois são poucos os concursos públicos, poucos são os candidatos chamados e com a defasagem que temos no estado, dentro da carreira militar, acaba vindo pouco contingente para São Bento do Sul. Cada vez que acessam novos policiais na carreira, o contingente para a cidade é sempre menor, com a desculpa de que a nossa cidade é segura. Falou que para se manter uma cidade segura, é preciso exatamente um contingente mínimo de policiais militares, e por isso, rende suas homenagens ao batalhão da polícia militar de São Bento do Sul e Campo Alegre, pois fazem um trabalho de excelência, independentemente do baixo número de servidores. Destacou ser favorável à aprovação da referida Moção de Apelo. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação a Moção nº 50 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida a sra. presidente propôs ao plenário, para que fosse realizado discussão única e votação de forma conjunta, dos Certificados de Regularidades de nºs 83, 84 e 85 de 2023, para agilizar os trabalhos. De forma unanime, todos os vereadores concordaram com a votação dos Certificados de Regularidade citados, de forma conjunta. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Ressaltou que se tratam dos requerimentos de Certificado de Regularidade de 3 entidades, sendo de nº 83 de 2023 da Associação das Senhoras de Rotarianos de São Bento do Sul – Casa da Amizade, a qual apresentou toda a documentação necessária, expondo todas das suas atividades e os serviços que são prestados para a comunidade. Explicou que o Certificado de Regularidade nº 84 de 2023 é da Sociedade Desportiva Guarani, que além de trazer o pedido de renovação da entidade, também apresentou os projetos que são realizados, em especial a escolinha de futebol de campo, além de estar com toda a documentação regularizada. Discorreu sobre o Certificado de Regularidade nº 85 de 2023 da Associação Recreativa Leopoldo Rudnick, o qual também traz um balanço completo de suas atividades realizadas durante o ano de 2022 e os demais documentos necessários conforme a lei. Mencionou que as 3 entidades estão com todas as certidões regularizadas, estando tudo dentro da legalidade, por isso, pede que sejam aprovados os certificados de regularidades mencionados. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação os Certificados de Regularidade de n°s 83, 84 e 85 de 2023, sendo todos aprovados por unanimidade. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** Em

seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 342 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera o Art. 80 da Lei nº 228/2001 e dá outras providências. Informou que na última sessão, foi aprovado por unanimidade o pedido de vistas feito pelo vereador Paulo Zwiefka, acerca do referido projeto, conforme previsto no artigo 284, §3º do Regimento Interno, o qual diz que o autor do pedido de vistas, deve apresentar parecer por escrito na sessão seguinte. Solicitou que o secretário vereador Adriano Reinhardt, realiza-se a leitura do documento, foi protocolado pelo vereador Paulo Zwiefka. Na sequência, o vereador Darlan André Guliani, solicitou o adiamento da discussão do referido Projeto de Lei. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Destacou que em razão das considerações que foram apresentadas no parecer do vereador Paulo, que podem eventualmente justificar uma emenda dessa Casa Legislativa, caso observem a competência para isso, ou ainda, que o próprio poder Executivo reveja a mensagem contida do documento do vereador Paulo, e assim possa fazer alguma alteração, também é favorável que seja levado ao plenário esse pedido de adiamento de discussão. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Destacou que as considerações feitas pelo vereador Paulo são muito relevantes, sendo que, já foi feito um pedido de vistas, para que o Executivo fizesse essa ponderação, e salvo engano, até o momento, o governo não demostrou menor vontade de rever o projeto. De sua parte, da forma que o Projeto de Lei está, entende que ele não pode ser aprovado, pois ficaram abertas várias situações, e a impressão que dá é que o governo municipal só deseja conceder banco de horas para secretários e diretores. Já comentou que os funcionários, quando fazem hora extra, no sábado, domingo e feriados, são remunerados pelo relógio ponto, onde registram suas entradas e saídas, e recebem. Da forma que o texto está, a única opção que os vereadores têm, é de votar contra, mas acredita que neste pedido de adiamento de discussão feito pelo vereador Darlan, seja a última opção para que o governo caia na realidade, e saiba que os vereadores não vão ficar endossando banco de horas para secretários e diretores. Não sabe o que pensa o Prefeito, em querer dar banco de hora para secretários e diretores, pois isso está totalmente fora do contexto. Concorda em aprovar o pedido do vereador Darlan. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Ressaltou que também entende ser muito importante o pedido de adiamento feito pelo vereador Darlan, pois o intuito não era de não aprovar o referido projeto, mas sugerir que o Executivo apresentasse mudanças e fizesse algumas modificações, pois de fato, há vários pontos vagos. Acredita que este Projeto de Lei possa vir a ser aprovado, mas que seja modificado algumas situações, pois não está de acordo. Destacou que também é favorável ao pedido de adiamento da discussão. Com a palavra, o vereador Darlan André Guliani. Justificou que não votaria a favor do referido Projeto de Lei estando ele nas condições que se apresenta, pois tem muitos pontos vagos. Reconhece que qualquer cidadão que trabalha, e talvez abra mão do seu lazer, do convívio dos seus familiares, ou qualquer situação que impeça o seu direito de ir e vir, tenha

o direito de receber por isso. Entende também, que cada um recebe de acordo com a sua responsabilidade, daquilo que responde. Não concorda e não acha justo o valor do salário mínimo no Brasil, mas entende que cargo comissionado é um cargo de confiança, onde muitos deles se fazem necessários, mas muitos deles são questionáveis, assim como, é questionável saber quem vai fazer esse controle dessas horas. Afinal de contas, se o funcionário é comissionado, quer dizer que ele pode ditar as regras. Repetiu que as colocações feitas pelo vereador Paulo foram bastante coerentes, prestativas, e de grande importância para que os vereadores possam devolver ou segurar esse projeto mais um tempo, para que o Executivo possa vir pontuar algumas medidas, mudar talvez o projeto, a ponto de não prejudicar o todo em detrimento de alguns. Frisou que da forma que o projeto está, o seu voto não recebe. Com a palavra, o vereador Luiz L. Pesenti. Afirmou que é um funcionário concursado e tem 28 anos de serviço público. Atualmente, em sua secretaria, o secretário de agricultura registra o ponto na chegada e na saída e os diretores também. Entende que os diretores e secretários recebem um salário maior, e até poderia ter diferenças, mas, acredita ser difícil definir quem pode e quem não pode receber banco de horas. Falou que na secretaria tem chefe de divisão que ganham bem menos, tem servidores comissionados que recebem salários em torno de R$ 3.000,00 (três mil reais), e entende que nestes casos, que trabalham a mais e não recebem poderiam folgar. Espera que seja feito as adequações pelo Executivo, pois deve ter mudanças no projeto, para que seja apresentado uma proposta mais justa, e se isso for mudado, se diz favorável. Sugere que seja feito igual em todas as secretarias, assim como é feito na secretaria de agricultura, para que todos tenham que registrar o ponto para que possa receber, não sendo uma folha ponto assinada por qualquer pessoa. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Registrou que os vereadores devem analisar o Projeto de Lei com bastante cautela, pois acredita que seja muito complicado fiscalizar. Sabem que tem casos de os servidores comissionados receberem baixos salários, de terem que trabalhar nos finais de semana, mas deixa claro que esse projeto de lei será feito apenas para permitir que o servidor possa vir a folgar, e não será remunerado essas horas extras. Afirmou que se isso não tiver uma fiscalização, isso pode virar um festival. Tem ciência de empresas que adotam esse sistema de banco de horas, onde o próprio funcionário não avisa a chefia, simplesmente falta no trabalho e alega que tem horas para folgar, e isso pode vir a dificultar os trabalhos dentro do Executivo. Falou que neste momento é contra a aprovação desse projeto da forma que ele está. Atualmente todo secretário deve bater o ponto, e os servidores também, mas já recebeu reclamações de servidores, que dizem que alguns não passam o ponto, não vem trabalhar e depois afirmam que a biometria não passou, e alegam que a biometria não funcionou. Acredita que neste modelo que foi apresentado ele não vai ser aprovado, pois a maioria dos vereadores não concorda. Solicitou um aparte o vereador Jairson Sabino e lhe foi concedido. Frisou que ninguém vai ganhar mais devido ao trabalho de horas

extras, pois não se fala em pecúnia, em dinheiro, sendo apenas em banco de horas, independentemente do valor que o servidor recebe. Destacou que é preciso ver quem vai fiscalizar, pois a pessoa não pode se fiscalizar, como é no caso dos secretários e presidentes de autarquias. Disse que estes não podem fazer suas próprias fiscalizações, neste caso, teriam que ser fiscalizados pelo Prefeito. Já no caso de um diretor, aí sim o secretário é o superior imediato e ele pode fiscalizar. Afirmou que o projeto no formato que venho do Executivo não pode ser aprovado. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Reforçou a fala do vereador Luiz Pesenti, e disse que concorda que todos os servidores devem registrar suas entradas no relógio ponto, pois só deverá ser trocado por banco de horas, as horas que forem registradas na entrada e na saída, nos finais de semana e feriados. Justificou que essa medida é necessária, porque se for para deixar para fazer um controle manual isso vai virar uma bagunça, e sugere que também esteja prevista essa alteração do Projeto de Lei. Não havendo nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação, o requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei do Executivo de n° 342 de 2023, formulado pelo vereador Darlan, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 361 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Altera a redação da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011, que Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município de São Bento do Sul. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Mencionou que o referido Projeto de Lei propõe uma alteração na redação da Lei nº 2893, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município de São Bento do Sul. Falou que os vereadores já discutiram sobre esse assunto, mas vai explicar novamente, pois hoje estiveram reunidos com pais de alunos, e é preciso que fique pontuado, porque essa adequação foi necessária em virtude de uma lei federal. A lei federal diz que é possível que o município pague o passe para os estudantes, inclusive com recursos federais, daqueles alunos que estão há mais de 3 quilômetros das unidades de ensino. E em 2 quilômetros ou mais, no caso de alunos que estejam residindo em bairros que não possuam unidades escolares. Explicou que atualmente, é possível confirmar através de sistema digital a metragem exata da distância da residência do aluno até a escola, e a cobrança do governo passou a ser grande. Mas nesse caso, a lei municipal pode excepcionar, pois há muita diversidade nas regiões do país, e isso acontece também na cidade. Por essa lei municipal, a proposta é que seja alterado algumas situações, possibilitando que os alunos que se encontrem em condições excepcionais recebam o transporte escolar. Leu as condições previstas, e os fatores de risco que podem colocar o aluno em situações inseguras, devidamente justificadas. Ressaltou que essa lei vem para organizar a concessão desse benefício, que é o transporte escolar. O pai do aluno que faz parte do cadastro único, e que não têm questões financeiras, desde que esteja documentado e se enquadrando na lei, continuará sendo beneficiado, independentemente se a metragem for inferior a 1 quilometro e meio. Comentou

que é importante ressaltar o papel e a responsabilidade dos vereadores, pois hoje muitos receberam, desde cedo, muitas mensagens, com questionamentos acerca das discussões sobre o referido projeto, pois cada pai estava preocupado se seu filho continuaria com este benefício. Falou que as discussões foram bastante produtivas e solicita que os demais vereadores sejam favoráveis a aprovação do referido projeto. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Comentou que esse assunto foi bastante falado no dia de hoje e também recebeu diversas mensagens, onde estiveram reunidos com o secretário de educação e alguns pais, pois várias pessoas ficaram desesperadas porque perderiam o benefício do transporte escolar, em virtude de mudanças no projeto. Frisou que os vereadores estavam pagando o preço por isso, por algo que não foi bem explicado para os pais e acredita que devem avaliar melhor essa questão, pois acredita que houve uma falha na comunicação. Acredita que alguém deve ter falhado para ter chegado neste ponto. Quando se fala em 3 quilômetros, e abaixo disso os alunos não receberam o passe, não é bem assim, pois tem situações que serão avaliadas. Como é no caso dos alunos moradores do loteamento Salzburg, pois todos os vereadores podem concordar, que lá também é uma área que pode ser considerada complicada, devido a Escola Rodolfo Berti ficar localizada no bairro Brasília, onde os alunos precisam enfrentar situações complicadas para conseguirem chegar até a escola, e devido a isso, acredita que esses alunos não venham a perder esse benefício, o qual já estavam recebendo. Mas por falta de comunicação, de divulgação de informações incorretas, acabou gerando toda essa confusão. Mencionou a situação dos alunos que residem no bairro Schramm e também precisam transitar em uma rua sem acostamento para chegarem até a Escola Prefeito Alfredo Diener, sendo que neste local não tem segurança, por isso, acredita que estes alunos também sejam beneficiados. Frisou que este Projeto de Lei apenas vai regulamentar para aqueles alunos que já tinham esse benefício, e acredita que quem esteja ouvindo vai poder informar os demais pais. Sabe que os pais e responsáveis pelos alunos terão que justificar de forma documentada cada situação, entregando os documentos para os diretores, pois se não fizerem isso, podem acabar ficando sem receber o benefício e aí demora até conseguirem novamente. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Frisou que é totalmente favorável à aprovação do referido Projeto de Lei. Comentou que é uma verdadeira bobagem ficarem falando de segurança em salas de aula, de colocar segurança armado e deixar as crianças transitando em uma rodovia, com fluxo intenso, pois isso é incoerente. Os psicopatas também andam por aí a pé, de carro, moto, e podem recolher uma dessas crianças a qualquer momento. Essa criança pode sumir ou simplesmente desaparecer, ser abusada, largada em algum canto, ou ainda, ser usada para o tráfico e venda de órgãos humanos, pois isso não é uma coisa de sua imaginação, acontece diariamente e está nos noticiários do Brasil e do mundo. Contou que a Lei Federal que foi criada é bem "bisonha". Não é a questão da distância que ele tem que percorrer caminhando,

que vai dizer se ele deve receber ou não, mas sim, verificar se a distância que esse aluno precisa percorrer é um local perigoso. No caso de uma rodovia de muito movimento, é um local perigoso para o trânsito, mas em uma rua com pouco movimento, abandonada, sem acostamento, é perigoso para a criança ser sequestrada, ela pode desaparecer do mapa. Um sujeito mal intencionado, psicopata pode causar algum mal para essa criança, pois nessa área sem grande movimento é onde atua o marginal, por isso, os vereadores são favoráveis. Comentou que foi providencial a vinda do secretário de educação nesta Casa hoje, pois ele pôde conversar com alguns pais de alunos, e pode sentir o que os vereadores passam, no caso de estarem sendo solicitados o dia todo para tentar ajudar a resolver esse problema, que a secretaria de educação estava se enrolando. Acredita que todos os diretores, de todas as escolas devem ter essa conversa com os pais, pois observa que faltou diálogo, houve um "chiado" na comunicação entre a secretaria de educação e as diretorias de escolas, e isso gerou todo esse desgaste, pois todos os pais estão preocupados. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Afirmou que das 49 unidades escolares municipais que tem no município, nesta reunião com o secretário Josias, havia a presença de pais de apenas uma escola. Acredita que tenha ocorrido alguma confusão com essas explicações, mas entende que nas demais unidades escolares isso não aconteceu. Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Informou que o programa do governo federal vem sendo anunciado desde o ano de 2019, e tem aquela velha mania dos brasileiros, de deixarmos tudo para a última hora, e foi exatamente isso que aconteceu em relação a essa situação da metragem da distância. Falou que são 5 anos que o governo federal vinha anunciando que o programa ia identificar as unidades escolares em cada município, e as residências individualmente de cada aluno, para saber onde moram. Infelizmente a coisa estourou agora, e acredita que vai complicar um pouco mais, pois esses pais tem o prazo de 15 dias para apresentar uma justificativa para receberem esses benefícios. Concorda com as colocações do vereador Sabino, quando o mesmo diz que os vereadores foram bombardeados por pais desesperados, pois é compreensível o desespero deles, diante da situação, porque de uma hora para outra os filhos podem ficar sem o vale transporte. Se faz necessário pontuar que sempre foi feito dessa forma, mas agora o governo federal não quer que seja feito assim, e no caso quem está na esfera municipal, precisa se submeter a ordem da esfera federal, pois ela é soberana. Ressaltou que cabe um apontamento sobre a responsabilidade dos vereadores como gestores, pois muitas crianças vão receber o vale transporte por morarem em um local onde as ruas não tem calçada. Ou em ruas que não tem um redutor de velocidade, ou no lugar onde uma grande empresa não tem estacionamento para os caminhões estacionarem para fazerem a descarga de matéria prima. Falou que é preciso observar aquilo que lhes compete, cobrar as melhorias que o município precisa, para que se possam fazer uma economia, desde que essa economia não seja "burra e deletéria", afim de que seja feito as

economias para administrar melhor o município. Afirmou que neste caso cabem muitos questionamentos, mas infelizmente, aquele pai que não conseguir justificar o recebimento do benefício, nenhum dos vereadores aqui vai conseguir fazer alguma coisa. Destacou que foi apenas uma escola que deu toda essa confusão, nas demais, parece que trabalharam dentro dos parâmetros do que é explicável. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 361 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 089 de 2023 - Autores: Zuleica Voltolini, Adriano Reinhardt, Carla Odete Hofmann, Darlan André Guliani, Hélio Alves, Jairson Sabino, Karen Lili Fechner, Luiz Lindecir Pesenti e Paulo Zwiefka - Introduz modificações na Lei nº 2983, de 27 de março de 2012 e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Zuleica Voltolini. Explicou que os projetos de lei e de projetos de resoluções a seguir, tratam acerca da modernização de cargos e salários da Câmara de Vereadores. E de acordo com o artigo 249, combinado com o artigo 145 do Regimento Interno, requer a aprovação por maioria absoluta, portanto, neste caso, a presidente também deve votar. Sobre o Projeto de Lei de n° 089 de 2023, esclareceu que ele trata especificamente da gratificação sobre a responsabilidade técnica contábil. A proposta de alteração é em relação ao valor a ser pago, deixando de ser um valor específico como é feito hoje, passando a ser um percentual do salário do servidor, como também ocorre no Executivo Municipal. Assim, está sendo prevista a gratificação de 35% ao profissional, responsável pela contabilidade geral da Câmara de Vereadores. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Comentou que já se manifestou na última sessão a respeito desse fato, sem demérito nenhum aos demais servidores, mas como já foi presidente desta Casa, sabe da responsabilidade conjunta que o contador da Câmara de Vereadores tem, pois ele responde com seus bens pessoais. Sabem que este cargo tem alta responsabilidade e se eventualmente houver alguma ação judicial ele deve responder com seus bens, fazer a sua defesa as suas expensas, uma vez que está Casa não pode fazer em relação a ele, e por isso, acredita ser importante esse reconhecimento. Com a palavra o vereador Célio Kososki. Solicitou questão de ordem e requereu vistas dos Projetos de Lei do Legislativo de nºs, 089, 090 e 091 de 2023, e dos Projetos de Resolução do Legislativo de nºs 023 e 024 de 2023, para poder fazer uma melhor análise. Na sequência a sra. presidente informou que colocaria o pedido do vereador Célio Kososki em votação. Em seguida pediu que os vereadores que fossem contrários ao pedido de vistas ficassem de pé, e por maioria, os vereadores votaram para rejeitar o pedido de vistas solicitado. Com a palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Afirmou que concorda com a fala da vereadora Carla, quando a mesma menciona que o cargo de contador é de extrema responsabilidade, onde em caso de algum erro ele pode vir a responder com a perda de seus bens, e isso pode vir acontecer, pois ninguém é perfeito. Para que a pessoa trabalhe em um cargo de extrema relevância, deve-se existir o reconhecimento no salário, e como está defasado há muitos anos, sobrou para os atuais vereadores. Por isso, são favoráveis

a aprovação, pois conhecem a atual situação. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 089 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 090 de 2023 - Autores: Zuleica Voltolini, Adriano Reinhardt, Carla Odete Hofmann, Darlan André Guliani, Hélio Alves, Jairson Sabino, Karen Lili Fechner, Luiz Lindecir Pesenti e Paulo Zwiefka - Altera o Anexo I da Lei nº 2982, de 27 de março de 2012, que estabelece os vencimentos dos cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Comentou que hoje tem uma servidora que está há 33 anos trabalhando na Câmara Municipal, e não vai ser indelicada de falar sobre o salário dela, mas cada um pode consultar no portal da transparência, para que seja verificado o quanto os salários dos servidores efetivos estão defasados. Comentou que a servidora Simone, há 33 anos presta excelente serviço para esta Casa, e infelizmente, não tem o devido reconhecimento com o pagamento de um salário justo. Falou que é favorável a aprovação do referido projeto. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 090 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 091 de 2023 - Autores: Zuleica Voltolini, Adriano Reinhardt, Carla Odete Hofmann, Darlan André Guliani, Hélio Alves, Jairson Sabino, Karen Lili Fechner, Luiz Lindecir Pesenti e Paulo Zwiefka - Altera o Anexo II da Lei nº 1385, de 06 de setembro de 2005, que dispõe sobre a estruturação de cargos e funções do quadro de servidores da Câmara Municipal de São Bento do Sul e dá outras providências. Informou que este projeto estabelece os novos vencimentos dos cargos comissionados do legislativo, e está acompanhado do impacto financeiro que atesta a adequação dos valores previstos no orçamento da Câmara Municipal. Comunicou ainda que de acordo com o artigo 249, combinado com o artigo 145 do Regimento Interno, requer a aprovação por maioria absoluta, portanto, neste caso, a presidente também deve votar. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 091 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Resolução nº 023 de 2023 - Autores: Zuleica Voltolini, Adriano Reinhardt, Carla Odete Hofmann, Darlan André Guliani, Hélio Alves, Jairson Sabino, Karen Lili Fechner, Luiz Lindecir Pesenti e Paulo Zwiefka - Altera dispositivos da Resolução nº 22, de 27 de março de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de São Bento do Sul e dá outras providências. Informou que este projeto prevê a criação dos novos cargos efetivos da Câmara Municipal, e estabelece atribuições, carga horária e requisitos de escolaridade de todas as vagas, que se dará através de concurso público. Comunicou ainda que de acordo com o artigo 249, combinado com o artigo 145 do Regimento Interno, requer a aprovação por maioria absoluta, portanto, neste caso, a presidente também deve votar. Não

havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou colocou em votação o Projeto de Resolução do Legislativo nº 023 de 2023, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Resolução nº 024 de 2023 - Autores: Zuleica Voltolini, Adriano Reinhardt, Carla Odete Hofmann, Darlan André Guliani, Hélio Alves, Jairson Sabino, Karen Lili Fechner, Luiz Lindecir Pesenti e Paulo Zwiefka - Altera dispositivos da Resolução nº 23, de 27 de março de 2012, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Quadro de Pessoal dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Legislativo de São Bento do Sul e dá outras providências. Comunicou que de acordo com o artigo 249, combinado com o artigo 145 do Regimento Interno, requer a aprovação por maioria absoluta, portanto, neste caso, a presidente também deve votar. Esclareceu que nesta resolução está prevista a alteração da escolaridade dos cargos comissionados do legislativo. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Consignou que os vereadores devem ser os primeiros fiscais da Casa Legislativa, por isso, pede que seja extinguido todas as funções gratificadas na Câmara Municipal. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Resolução do Legislativo nº 024 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO:** Na sequência a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 363 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, com base em ingresso de recursos financeiros, no valor de R$ 661.760,00 (seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e sessenta reais), na forma especificada. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Ressaltou que tratasse de uma alteração orçamentária para atender uma emenda de bancada e uma emenda individual, encaminhada para a secretaria de agricultura e meio ambiente. Informou que este valor será destinado para a compra de um caminhão basculante e para compra de materiais e equipamentos permanentes. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 363 de 2023, será levado a 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. PALAVRA LIVRE. Fez uso da palavra livre o vereador **Adriano Reinhardt**. Ressaltou sobre a segurança das escolas, pois venho à tona a informação de que a SEMED estaria utilizando as atendentes para fazerem segurança das crianças nas escolas. Comentou que o sindicato já indagou ao SEMED sobre este fato, e se diz contra a utilização de atendentes para fazer este serviço, pois elas já estão sobrecarregadas em suas funções, fazendo além de suas atribuições, e por isso precisam ser bem remuneradas. Falou que é preciso deixar bem esclarecido qual é a função das atendentes, mas não como segurança de escolas. Sobre a questão do vale transporte (passe), falou que os vereadores e os pais tiveram os devidos esclarecimentos, feitos pelo secretário de educação, onde estiveram presentes os moradores do Loteamento Salzburg, relatando que os estudantes daquela localidade tiveram dificuldades de se deslocar até a escola, pois não

receberam os passes. Informou que já foi esclarecido sobre essa situação e resolvido, sendo que o problema com esse assunto foi ocasionado pela falta de comunicação na unidade educacional Rodolfo Berti. Falou que é preciso analisar esse fato, para que não venha acontecer mais problemas como este, pois são mais de 50 unidades educacionais e em apenas uma houve essa complicação. Falou que na semana passada já houve problemas de comunicação, com os jogos escolares, onde envolveu a mesma escola, devido a desorganização da coordenação. Comentou que esse diretor que está na escola Rodolfo Berti foi escolhido pela população, mas é preciso cobrar dele atitude, ver o que vem acontecendo nesta escola, para que não ocorra mais esse tipo de desorganização, pois quem sofre com isso são os pais, os alunos que frequentam essa unidade educacional, e isso gera um tumulto e fica todo mundo preocupado, os vereadores correndo como loucos, por uma situação onde o diretor não tem a competência de organizar. Falou sobre a iluminação pública, onde não observa êxito nos trabalhos, “parece que não saí do lugar”, ou as lâmpadas estão queimando simultaneamente. Ao passar pela rua Augusto Wunderwald, viu que só tem meia dúzia de lâmpadas. Na Avenida dos Imigrantes também está assim, foi arrumado umas 10 lâmpadas, pois não é possível que tivessem arrumado as 20 que estavam queimadas e no dia seguinte já estariam estragadas novamente. Explicou que tem a Lei n° 3409 de 18 de agosto de 2014, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do estabelecimento que comercializa gasolina, que informe aos clientes se a gasolina comercializada é formulada ou refinada. Disse que é uma formação de cartel e não tem medo de falar, mas devem fiscalizar, pois tem recebido muitas reclamações de postos de gasolina que não informam ao cliente o tipo de gasolina vendida. Destacou que os munícipes devem buscar entender um pouco do que é gasolina formulada ou refinada, para saberem o que estão comprando, pois não há milagre no preço da gasolina que é vendida hoje. Explicou que não está defendendo os postos, mas observou que apenas dois ou três postos de combustíveis aplica essa Lei, onde consta a informação da gasolina que é formulada ou refinada. Frisou que a Lei existe e deve ser cumprida. Fez uso da palavra livre a vereadora **Zuleica Voltolini**. Comentou que os servidores puderam acompanhar a votação dos Projetos de Lei e de Resolução, os quais foram aprovados por unanimidade, onde os vereadores se preocuparam com os servidores. Falou que os servidores estão trabalhando há anos, atendendo a comunidade, e acredita que se os funcionários já faziam o trabalho bem feito, agora vão fazer ainda melhor. Destacou que esse é o reconhecimento da dedicação, do empenho de cada um dos servidores, e os vereadores agradecem a disponibilidade que prestam a cada um. Disse que os servidores podem contar com os vereadores, pois desejam um trabalho de qualidade na Câmara de Vereadores, e isso faz parte dos servidores e de toda a equipe. Lembrou que no sábado ocorreu uma seletiva estadual de faixa preta na modalidade de Taekwondo, e esteve participando do evento, onde observou que São Bento do Sul está um degrau acima, comparado

a outros municípios, porque temos atletas que representam o estado de Santa Catarina em campeonatos nacionais e mundial. Frisou que é uma alegria muito grande, onde a cidade teve a oportunidade de receber vários atletas do estado. Esse trabalho só é realizado com excelência porque tem equipes treinando, com profissionais, técnicos, e uma associação acompanhando, em parceria com a fundação municipal de esportes. Parabenizou a todos os atletas por sua dedicação, participação e empenho, pois estão elevando o nome da cidade. Registrou que esteve participando do evento "Família na Escola", onde teve o envolvimento das famílias. Quando é proporcionado as famílias, a escola de portas abertas, os pais devem acompanhar os seus filhos, ver as atividades que são desenvolvidas por eles, conhecer os seus professores, a realidade de cada escola e sejam parceiros de seus gestores. Asseverou que infelizmente, a tragédia que ocorreu no CEIM de Blumenau, serviu para alertar os pais, para que olhem um pouco mais pelos seus filhos. Sugeriu que os pais olhem com quem o filho anda, conversa, troca mensagens nas redes sociais, o que tem dentro da mochila. Que realmente estejam presentes, juntos dessas amizades, olhando os programas que eles assistem, os vídeos de aplicativo "Tik Tok", e outros. Frisou que esse evento da família nas escolas serve para os pais olharem um pouco mais para seus filhos, se tornando presentes na vida escolar e familiar desse aluno. Parabenizou a todas as escolas que promoveram esse evento, pois cada unidade fez do seu jeito, acolhendo as famílias. Contou que a Procuradoria da Mulher também esteve participando do evento, com um estande na Escola Municipal Rodolfo Berti, e foi muito valioso. A vereadora Karen esteve presente, juntamente com a assessora Pamela, onde estiveram passando informações sobre o trabalho realizado pela Procuradoria da Mulher. Sobre a questão do problema envolvendo a Escola Rodolfo Berti, a respeito dos (passe) para o transporte escolar, pediu que a secretaria de educação esteja mais próxima da escola, pois quem coordena as escolas deve estar mais próximo dos gestores, tirando as dúvidas, orientando. Comentou que é fácil as pessoas criticarem, mas também precisam saber o que vem ocorrendo lá, com falta de professores, onde o gestor precisa atender turmas e outras questões. Falou que o gestor é um ser humano, e também pode vir a cometer algumas falhas, por isso, é importante que a secretaria de educação esteja presente, tirando as dúvidas dos gestores e professores. Fez uso da palavra livre o vereador **Paulo Zwiefka**. Falou a respeito da escola do bairro Rio Vermelho, pois tem sido muito cobrado, depois que mesma foi fechada. Comentou que conversou com o secretário de educação, e observou que essa situação está longe de ser resolvida. Destacou que já faz 2 anos que está unidade escolar foi fechada, e o prédio está abandonado. Solicitou que seja feito um esforço maior para atender a comunidade do Bairro Rio Vermelho, até mesmo os moradores do loteamento Santa Fé. Ressaltou que aquela comunidade também vem solicitando uma academia ao ar livre, pois havia sido comentado que lá seria feito, então os moradores estão na espera. Frisou que há muito tempo o referido bairro tem sido esquecido, e não é apenas

nesta gestão. Já cobrou de outras gestões, mas parece que eles não conseguem olhar com bons olhos para aquele bairro, e deseja que seja feito alguma coisa lá. Discorreu sobre a situação da iluminação pública, e comentou que a rua Augusto Wunderwald está bastante escura, pois tem vários postes que estão com as luzes apagadas. Contou que vai protocolar uma Moção de Apelo para o governo do estado, para que seja iluminado o trevo, localizado na rodovia SC-418, na saída da Avenida dos Imigrantes, pois acredita que seja muito importante a iluminação no local, para dar mais segurança aos motoristas e pedestres. Outra indicação que vai fazer é para o Parque do SAMAE, pois recebeu vários pedidos, para que seja colocado redutores de velocidade entre o comando da Polícia Militar e o parque, pois tem muito movimento no local. Sabe que tem muitas faixas elevadas na cidade, em pontos onde não teria necessidade, já em outros locais importantes não tem. Acredita que neste local seja importante a colocação de uma faixa elevada, pois muitos pedestres atravessam no local, assim daria mais segurança. Comentou que já fez vários outros pedidos de faixas elevadas, e até agora não foram feitas, como é no caso dos moradores da rua Alberto Torres, pois depois que foi implantado o loteamento Santa Fé, muito moradores tem dificuldades de acessar a rua Augusto Wunderwald, ocasionando grandes filas, no período da manha e a tarde. Ressaltou sobre o Projeto de Lei do Executivo, o qual trata sobre o banco de horas, e pediu que o Executivo faça as devidas alterações para que os vereadores possam estar discutindo e quem sabe aprovando, pois não são contrários a criação do banco de horas, desde que seja feito as alterações pontuais que são de extrema importância. Fez uso da palavra livre o vereador **Luiz Lindecir Pesenti**. Falou sobre as emendas parlamentares, e informou que o valor de R$ 461.000,00 (quatrocentos e sessenta e um mil reais), que foi destinado para a secretaria de agricultura, foi um pedido feito ao Jorginho Mello, no ano de 2021, quando este era senador. Já a emenda no valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais), venho através do ex-deputado Peninha. Agradeceu os parlamentares pela destinação das emendas, pois elas vão ajudar muito a agricultura. Agradeceu as pessoas que estiveram trabalhando no sábado, na Avenida dos Imigrantes, no plantio de hortênsias. Comentou que teve servidores públicos, voluntários e muitos servidores da agricultura. Solicitou que fosse apresentado no telão as imagens relacionadas a agricultura de São Bento do Sul. Fez uso da palavra livre a vereadora **Carla O. Hofmann**. Destacou que esteve conversando com o secretário de obras, sr. Luiz Neri, a respeito da iluminação pública, e este informou que atualmente são quatro equipes que vem trabalhando para fazer as substituições das lâmpadas na cidade. Aos poucos o restabelecimento da iluminação vai ser constante e rápido. Falou que a CELESC proíbe a manutenção das lâmpadas em dias de chuva. Comentou que também esteve presente em algumas escolas no “Dia da Família”, e foram muitas atividades. Parabenizou as escolas municipais, estaduais e as particulares pelos eventos, onde cada uma à sua maneira, fez um trabalho de bastante excelência. Falou ter refletido bastante sobre os últimos

acontecimentos, a respeito da segurança das escolas, a qual é um direito dos pais e dos filhos, de ter escolas seguras, mas pôde perceber, que a educação não é um problema exclusivo das escolas, pois as famílias devem se envolver com a educação dos filhos, devem participar no dia a dia escolar, pois muitos problemas gerados na convivência da educação podem ser afastados dessa maneira. Frisou que esteve em reunião com o vereador Darlan, os assessores, juntamente com o secretário de saúde, tratando a respeito das demandas que foram trazidas em relação ao CAPS, o qual está mudando sua sede para o prédio do INSS. Falou que algumas alterações estão sendo feitas com servidores, e fazer reformas com gente no local é bastante complexo e trabalhoso. Cobraram o fato de não ter sido esperado para fazer essa mudança somente após o término das obras, e a resposta do secretário foi pelo fato da impossibilidade de se renovar o contrato de aluguel, em razão da vontade do proprietário. Frisou que todos sabem a complicação que é fazer algumas reformas com servidores dentro, mas afirmou que as salas de consultórios já haviam sido reformadas, e o novo prédio do CAPS tem uma metragem superior ao do local que ocupava. Lembrou que na época que os profissionais do CAPS foram tirados da área central houve muita cobrança, pois alguns pacientes teriam que pegar ônibus para serem atendidos, e agora, boa parte dos atendimentos vai ser realizado aqui. Afirmou que é preciso tomar bastante cuidado e não ser preconceituosos com as pessoas que são atendidos pelo CAPS, pois não são pessoas que estão em surto, são pessoas que podem ser atendidas de forma ambulatorial, sendo acompanhadas pelos profissionais do CPAS, e devem além do atendimento individualizado, receberem aulas de cozinha, aulas de dança e outras atividades que vão complementar esse atendimento, tudo isso, para tratar da saúde mental dos pacientes. Fez uso da palavra livre o vereador **Jairson Sabino**. Comentou que no dia 17 de abril comemorasse o Dia Mundial da Hemofilia, sendo o sr. Frank Schnabel, fundador da federação mundial. Falou ainda que dia 17 de abril também comemorasse o dia mundial da luta pela reforma agrária. Afirmou que é totalmente a favor da reforma agrária, feita por gente que trabalha no campo e não por “vagabundo”, para ficar tocando gaita, tomando pinga e soltando foguete em terra produtiva, em terra invadida de quem realmente é proprietário da terra. Destacou que é favorável a reforma agrária, desde que seja feita por gente descente, de forma descente, de forma legal. Por isso devem exaltar a forma legal, para que os vagabundos não venham a invadir a terra dos outros, pois por enquanto invadem fazenda, sítio, e amanhã querem invadir a indústria, o comércio e a propriedade privada de cada um, e isso não pode acontecer. Reforçou o apelo do povo que o governo implante abrigos em dezenas de paradas de ônibus. Falou que o povo está literalmente ao relento, e a senhora que vai pegar ônibus com criança e sacolas, precisa ficar no tempo. Além disso, há alguns pontos detonados. Afirmou que os vereadores Paulo e Hélio sabem quantos pontos de ônibus já foram reformados, pois com o tempo vai dando problema, além disso tem os vândalos, caminhão que bate, e é preciso estar

atentos, tem muita gente nos pontos sem abrigo. Frisou que o Prefeito não anda de ônibus, por isso, não sabe disso, mas pode achar alguém pra ir lá dar uma olhada, e dar atenção a municipalidade. Reforçou o pedido para que o governo substitua as lâmpadas dos postes da cidade, talvez já chegue a milhares, e o Executivo até agora só deu desculpas, e desculpa não resolve o problema do povo. O povo continua pagando a contribuição de iluminação pública e continua as escuras. Isso já está virando bola de neve, já está na hora de conversar com o secretário para resolver isso, pois está virando uma bagunça, e é extremamente perigoso o povo estar nessa escuridão. Solicitou ao governo que reveja a estratégia de trabalho na Estrada das Neves e na continuação da rua José Ruckl, para não interromper totalmente o trânsito. Sugeriu que façam sistema de pare e siga, e pediu que a líder de governo possa levar essa sugestão ao Executivo, pois é um pedido vindo principalmente do pessoal que mora no bairro Serra Alta, onde todos se utilizam da referida via. Falou que nesse sistema de interromper 100% a via, deve ser ilegal. Num sistema de interromper todo o trânsito e desviar para desvios longínquos é complicado, pois num caso de um paciente com AVC, no caso de um infarto, no caso de uma queda de altura, de um acidente de trânsito, até que uma viatura de socorro possa chegar, o paciente já morreu. Aí vai responsabilizar esse governo, não está fazendo ameaças, só está garantindo que isso pode vir acontecer. Afirmou que se houver uma situação dessa vão responsabilizar esse governo, que é extremamente incompetente, insensível em parar 100% uma via importantíssima como essa, via de ligação com o Centro. Falou sobre o CAPS, e afirmou que trazê-lo daquela casa que estava confortavelmente instalado para os pacientes, alegando que é por motivo de contrato de aluguel é um absurdo. O governo não tem que trabalhar com a prioridade de contrato de aluguel, mas deve trabalhar com a prioridade do paciente, principalmente, porque é Centro de Apoio e Atenção Psicossocial, onde a maioria dos pacientes tomam remédios faixa preta, são pacientes psiquiátricos. Frisou que o CAPS estava lá há anos funcionando bem, mas por que venceu o contrato de aluguel, vem o governo e tira o pessoal de lá, e coloca nesse prédio velho do INSS. Depois, vai pintar, cortar, bater, e isso é um absurdo, é uma incompetência total. Deveriam ter visto primeiro essa situação, reformar tudo que tem que reformar e depois trazer a equipe, e os pacientes, pois já tem gente com tratamento interrompido, só na base de remédio, sem nenhum apoio profissional, tudo porque, a equipe não consegue trabalhar, não tem espaço, está tudo em reforma. Acredita que seja mais um acaso para o ministério público tomar conhecimento e ver o que vai fazer. Há pacientes de alto grau de necessidade de atendimento. Comentou sobre a rua Jaraguá do Sul, e afirmou que ela continua abandonada por esse governo, com 17 famílias à mercê das intempéries, sem direito de ir e vir, pois não passa um botijão de gás, uma compra, tudo tem que passar nas costas, por que não há outra forma de passar por ali, só de carrinho de mão, um absurdo. Sobre o PROCON, aduziu que este órgão precisa melhorar muito pra ficar bom, pois não trabalha com livre

demanda, onde alegam que é preciso fazer agendamento para atender o povo. Destacou que o PROCON está com a cara desse governo, uma incompetência total. Comentou sobre a passagem de comando dos Bombeiros e também a comemoração dos 70 anos da fundação da Escola São Bento. Fez uso da palavra livre o vereador **Darlan A. Guliani**. Destacou que faria um apanhado geral de tudo que foi comentado, principalmente com relação à segurança nas escolas. Destacou que estamos vivendo uma inversão de pontos, onde o "poste começou a mijar no cachorro". Nas redes sociais as pessoas comentam que "na minha época era melhor, as festas eram assim, as músicas eram assadas". Essa gente que diz que em sua época era melhor se reproduziu e o resultado é o que estamos vendo. Em algum lugar essa gente se perdeu, não sabe se é pelo número de habitantes, facilidade de tecnologia, geração da era virtual, a qual não consegue olhar no olho do próximo para dar um bom dia, boa tarde. Falou que as pessoas reclamam do atendimento do comércio, como se o dono fosse o responsável e ele não é, ele não tem culpa, é a geração dos filhos dos anos 70, 80 e 90 que criamos, e os dados estão aí. Destacou que atualmente 15,5 % da população brasileira sofre com depressão. Dos 350 milhões de pessoas do mundo com ansiedade, o Brasil é o líder mundial desse grupo, com 18,6 milhões de brasileiros. O consumo de medicação para distúrbio de ordem mental ou emocional no Brasil de 2017 à 2021, aumentou 58%. Não sabe dar a resposta para a pergunta, onde é que a gente se perdeu? Só não se gaba em rede social que na sua época era melhor, pois embora não tenha filhos, contribuí como indivíduo nessa sociedade que está doente. Comentou que tem feito uma maratona nas escolas, e em uma escola do bairro Lençol, um pai de aluno foi chamado, devido ao gênio mais apimentado da criança. E pasmem, a resposta que o pai deu a diretora, era que o filho era tão pavio curto quanto ele. Afirmou que há uma grande diferença entre ser pai e ter filhos. Se questiona se a questão de ter filho é fruto de amor, pois acredita que isso deveria ser revisto. Acredita que ter filho deveria doer tanto quanto uma cólica renal. Não pariu, pois é homem, mas cólica renal já teve, e conhece a dor. Se o primeiro filho acontecer por acidente, o segundo deveria ser repensado para ver se teria ou não. Não está sendo machista e nem deseja jogar a culpa em cima das mulheres, mas concorda com a fala da vereadora Zuleica, quando esta afirma que os pais devem sim olhar a mochila dos filhos, e precisam saber o que eles estão assistindo no "Tik Tok", pois o mundo está cheio de influencers. Influencers de mente cheia de coisa vazias, e com milhões de seguidores. Afirmou que é esse tipo de gente que entra nas escolas e fazem atrocidades, e se construíssemos muralhas de 2, 3 ou 4 metros, esse tipo de gente pode ir atacar um pai, passeando com seu filho no shopping, ou em parques, onde tem muitas crianças. Indaga se será necessário criar muralhas em todos os ambientes onde tem aglomeração de pessoas, ou a gente precisa ver essas estatísticas e criar políticas de atendimento ao povo, que infelizmente está doente mentalmente. Fez uso da palavra livre o vereador **Célio Kososki**. Contou que esteve visitando

a creche Peter Pan, localizada no bairro Cruzeiro, em uma grande avenida, e observou que no local não há uma lombada, ou faixa redutora de velocidade, e isso pode vir ocasionar vários acidentes. Comentou que há anos os moradores vêm solicitando essa melhoria, que pode trazer mais segurança aos alunos, professores e moradores que residem próximo a unidade educacional, pois o tráfego de veículos no local é intenso. Devido a velocidade alta com que os veículos trafegam, é grande a preocupação com o perigo de atropelamentos, sendo importante que o Executivo atenda essa solicitação e beneficie os alunos e moradores do bairro. Falou que os pais vão buscar seus filhos na creche e muitas crianças saem correndo para a rua, pois não há proteção nas lombadas. Solicitou que o Detru analise essa questão, para que possa ter mais segurança no local. Ressaltou ainda uma indicação que fez ao Executivo, de substituição de lâmpadas de led para a área central, para melhorar a visualização das pessoas, principalmente próximo as faixas de pedestres. Muitas vezes o motorista não consegue enxergar os pedestres, e isso pode vir causar acidentes. Além disso, deseja uma cidade com mais luminosidade. Destacou que também fez uma indicação para a colocação de uma faixa de pedestres em frente ao Germânia e a Prefeitura, para que os munícipes possam atravessar com mais agilidade, e assim solicitar os serviços que são prestados pela Prefeitura. Falou que também esteve em reunião com o diretor do Detru, solicitando a implantação de uma faixa elevada em frente ao CEIM Tico e Teco, no bairro 25 de julho, para dar mais segurança aos alunos, professores e pais da unidade educacional, e provavelmente, essa semana já vai ser pintada. Não havendo mais nada a ser tratado, a sra. presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 23 de abril e encerrou; mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 17 de abril de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

CÉLIO KOSOSKI

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA